

TÍTULO DO TRABALHO			
MILITARISMO NA ERA DOS IMPÉRIOS: o expansionismo militar da passagem do século XIX ao XX e a interpretação crítica de Rosa Luxemburg			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Thomas Victor Conti	Instituto de Economia – UNICAMP	IE	Doutorando
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>Este artigo relaciona as reflexões de Rosa Luxemburg sobre o militarismo, apresentadas em A Milícia e o Militarismo (1899), Reforma ou Revolução? (1900) e A Acumulação de Capital (1913), com a história econômica do período em que escrevia. Começamos situando o conceito de militarismo na passagem do século XIX ao XX, quando dois novos elementos provocaram uma ruptura com o passado: o nacionalismo moderno e a grande indústria bélica, ambos combinados com os conhecidos instrumentos da dívida pública nacional e da tributação indireta. Argumentamos que a interpretação de Luxemburg deu um primeiro passo para a tarefa mais ampla de inserir a “questão militar” em uma teoria da dinâmica capitalista que seja também radicalmente crítica a ela. Encerramos ponderando os caminhos abertos pela interpretação de Rosa Luxemburg.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
Militarismo, Rosa Luxemburg, História Econômica e Militar			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>This article relates Rosa Luxemburg’s thoughts on militarism as expressed in Militia and Militarism (1899), Reform or Revolution? (1900) and Accumulation of Capital (1913) with the economic history of its time. We begin briefly situating the concept of militarism in late 19th and early 20th centuries, where two new elements broke with history: modern nationalism and the great arms industry, both of which combined with known instruments like national public debt and indirect taxation. We argue Luxemburg’s interpretation was a first step for the wider task of inserting the “military question” in a general theory of capitalist development that is also radically critic to it. We conclude pondering the paths opened by Rosa Luxemburg’s approach.</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
Militarism, Rosa Luxemburg, Military and Economic History			
EIXO TEMÁTICO			
Mercado mundial, imperialismo e luta de classes			

MILITARISMO NA ERA DOS IMPÉRIOS: o expansionismo militar da passagem do século XIX ao XX e a interpretação crítica de Rosa Luxemburg

1. O conceito de Militarismo, sua história e ambiguidade

Ao longo da história moderna, o conceito de “militarismo” foi utilizado por distintas escolas de pensamento, tornando complexa a tarefa de definir com maior precisão a que exatamente ele se refira. Embora uma imagem difusa do seu significado venha quase intuitivamente a partir do seu nome – grandes exércitos marchando, guerras, invasões de países, propaganda militar, etc. – essa é uma base bastante frágil para dedicarmos uma análise onde seja possível argumentar positivamente.

Isso nos leva a olhar para a história em busca de seu significado original, acompanhando as diferentes ramificações que o conceito evocou ao longo do tempo. No seminal livro *Militarism: The History of an International Debate 1861-1979*, o historiador Volker R. Berghahn revela justamente a história desse conceito, que surgiu durante o próprio século XIX, sendo, portanto, bastante recente do ponto de vista histórico. Com a exceção de uma menção à palavra imediatamente após ao fim das Guerras Napoleônicas, “militarismo” enquanto conceito teria sido utilizado pela primeira vez também na França por Pierre-Joseph Proudhon em 1861, quando menciona extensivamente o envolvimento francês na Guerra da Crimeia e o militarismo do Segundo Império Francês de Napoleão III. Segundo Proudhon,

“...sempre que há militarismo [*militarisme*] internamente, há uma tendência à conquista externamente (...). Assim como o saqueio heroico de Alexandre e César transformou-se em conquista, a conquista, por sua vez, tendeu a se transformar em estatismo [*gouvernementalisme*]. Esse “estatismo” é definido como “um sistema de exploração, administração, comércio, produção e educação, etc., para o Estado”. A pilhagem pode ter se retirado para o pano de fundo, mas apenas porque o sistema produzido pela pilhagem é agora mantido pela força. Sob essa ótica, “a política, em sua essência, em sua lei, em todas as suas instituições, é guerra”. (Prichard, 2013, pp. 131, cit. Proudhon, 1861, pp.

112-122)

A similaridade desta reflexão sobre o militarismo com a discussão marxista do imperialismo é um ponto que exploraremos mais adiante. De início, o que devemos nos ater é a ambiguidade no uso do conceito militarismo desde a sua origem em Proudhon. Para o debate de 1861 até 1914 – a Primeira Guerra mudaria bastante o olhar dos intelectuais sobre o militarismo –, “militarismo” poderia abranger quatro usos e significados distintos embora relacionados entre si.

1. *Crítica Social* – Como termo pejorativo para colocar em oposição duas sociedades distintas, uma a sociedade capitalista em voga – caracterizada pelo militarismo e a opressão do homem pelo homem –, a outra a sociedade socialista do futuro, caracterizada pelo pacifismo e o fim da opressão. Em *La guerre et la paix*, Proudhon assinala essa distinção, sendo o militarismo uma característica de uma sociedade humana ainda primitiva e que não existiria em uma etapa superior do desenvolvimento. Como veremos, partindo de um ponto inicial distinto e sob outra matriz de atuação tanto teórica quanto política, podemos enxergar na interpretação de Rosa Luxemburg essa mesma concepção *a priori* da oposição entre socialismo e militarismo.

2. *Político* – Como forma de assinalar problemas sociais específicos à relação entre a sociedade civil e os militares, porém sem necessariamente ser uma forma de criticar as instituições militares *em si*, diferindo assim do caso (1). O pensamento liberal, principalmente de origem anglo-saxã, seria mais fortemente caracterizado pelo uso do conceito “militarismo” com este significado político, onde a preocupação é como manter uma relação “saudável” entre as instituições militares e a sociedade civil. Gastos militares em excesso devem também ser evitados devidos aos custos à população civil, porém há um nível aceitável de gastos que deve ser mantido. De modo geral, sendo o conceito militarismo mais utilizado por pensadores de fora do ambiente militar, o principal uso do conceito seria para acusar a militarização da sociedade civil, quando em uma sociedade livre deveria ocorrer o processo reverso, isto é, o controle civil das organizações militares.¹

3. *Cultural* – Como caracterização da mentalidade, psicologia e valores particulares dos militares e suas instituições. Os valores do auto sacrifício, heroísmo, honra, dentre outros, são usualmente vistos como característicos das associações militares. Desfiles militares, treinamentos regulares, associações civis para o treinamento militar, a estética do homem fardado, dentre outros, seriam elementos característicos de sociedades de valores militaristas. Como vemos, a distinção com (2) nem sempre é clara, porém a maior ausência desses fatores culturais nos Estados Unidos e no Reino Unido foi por vezes utilizada para ressaltar o militarismo

exacerbado da Alemanha, e dar combustível à polêmica dos valores liberais trazidos pelo capitalismo (o individualismo e o enriquecimento mercantil) serem opostos ao avanço do militarismo¹.

4. *Socioeconômico* – Como análise do papel e da função dos militares dentro da economia política de uma dada sociedade. As correntes marxistas – principalmente devido às contribuições pioneiras de Rosa Luxemburg sobre o tema – tradicionalmente abordam o conceito de “militarismo” sob essa perspectiva, buscando mostrar como capitalismo e militarismo estão intrinsecamente relacionados, não apenas fazendo oposição um ao outro, como ainda se reforçando mutuamente. Em parte divergem assim de análises mais centradas nos problemas políticos do militarismo, onde gastos militares em excesso são vistos como prejudiciais ao sistema, e não talvez uma parte intrínseca do funcionamento da sua economia. Neste terreno dominado por autores marxistas, a linha turva move-se para a distinção entre “militarismo” e “imperialismo”, se devem ou não ser tratados como nomes distintos para um mesmo fenômeno, ou se militarismo versa sobre problemas internos e imperialismo para problemas externos, há grande margem para debate.

Estes diversos significados, embora tenham se ramificado mais fortemente ao longo do tempo até chegar aos dias de hoje, podem ser depurados mesmo desde Proudhon, onde “militarismo”, utilizado com caráter de denúncia, não seguiu – nem era necessário que seguisse – uma definição rigorosa. Na verdade, mesmo se tomarmos uma referência contemporânea de alto nível, não encontraremos linhas divisórias bem colocadas:

“MILITARISMO é um conceito que se aplica ao conjunto de uma sociedade, ao invés de uma descrição da política de um governo, embora ambos estejam interconectados. Uma sociedade militarista é uma na qual os valores, ideologias e interesses dos militares são amplamente compartilhados. Não é apenas uma questão de aprovar abstratamente virtudes clássicas dos militares como o heroísmo, a honra e o auto sacrifício, nem tampouco é uma questão de aprovar gastos elevados em defesa para proteger o interesse nacional. Uma sociedade militarista valoriza o exército *como um modo de vida*, e suas atividades não são meramente para fins pragmáticos. De fato, na medida em que o militarismo apoia gastos elevados em

¹ Curiosamente, não há uma tradução correta para o português da expressão inglesa “civilianize”, verbo que denota a passagem para o controle civil de uma instituição militar. Seu verbo antagônico, “militarize”, encontra sem dificuldade a palavra “militarizar” em nosso vocábulo. Isso parece confirmar a preocupação com o controle civil dos militares como uma tradição intelectual de fato anglo-saxã.

instituições militares, um desejo de que a nação seja poderosa militarmente é tão passível de ser um fim em si mesmo como também ser uma clara justificativa consequentialista.”² (Robertson, 2004, pp. 309-310, grifos meus).

Neste enxerto sobre o militarismo na *Routledge Encyclopedia of Politics*, os diferentes usos que mencionamos do conceito seguem misturados. Questões culturais são importantes na medida que afetam a vida cotidiana da sociedade; admite-se que o problema vai além de questões da conjuntura política ou do nível de gastos militares, porém em seguida reforça-se como uma sociedade militarista adotaria políticas particulares de reforço do exército e tolera gastos mais altos em instituições militares.

Na verdade, o que a história desse conceito parece assinalar é antes uma certa *problemática* do que uma definição precisa. Como coloca Berghahn, essa problemática inclusive antecede a própria palavra “militarismo”, estando presente nos receios dos ingleses no século XVII ou dos americanos nos séculos XVIII e XIX na manutenção de um exército permanente em solo nacional, ou nas preocupações de Montesquieu ao escrever sobre a necessidade de dividir os poderes de modo a evitar que um líder militar possa decidir sobre a execução da guerra (Berghahn, 1984, pp. 7-11). No período 1860-1880, o uso do termo se espalharia pela Europa Central como uma reação de pensadores católicos às intenções expansionistas da poderosa, influente e protestante Prússia Bismarckiana, ora preocupados com as consequências internas em termos de maior repressão política e cultural, ora com as consequências para a paz internacional.

De 1870 até o fim da Segunda Guerra Mundial, poucos pensadores não elencariam a Alemanha como representante máxima de uma sociedade militarista, utilizando-a inclusive como padrão de comparação para avaliar outras sociedades. A importância desse fato não pode ser menosprezada principalmente para situarmos historicamente o debate marxista, pois se é verdade que os conceitos de imperialismo e militarismo caminharam juntos, a principal referência para o debate sobre imperialismo foi desde logo o Império Britânico, enquanto mesmo para Rosa Luxemburg a Alemanha, e especialmente a antiga região da Prússia, eram a referência para pensar

² Tradução livre pelo autor. No original: “Militarism is a concept that applies to the whole of a society, rather than a description of a government’s policy, although the two are interwoven. A militarist society is one in which the values, ideologies and interests of the military are very widely shared. It is not just a matter of abstract approval of classic military virtues like heroism, honour and self-sacrifice, nor is it a matter of approving high defence expenditure to protect national interest. A militarist society values the military as a way of life, and its activities are not merely for pragmatic ends. Indeed, to the extent that militarism supports high expenditure on military institutions, a desire for the nation to be militarily mighty is as likely to be an end in itself as a clear cut consequentialist justification.

o problema do militarismo, sugerindo, como veremos, que existem distinções importantes subjacentes à sua interpretação do problema.

Nos aproximaremos assim da história econômica e militar deste período buscando responder algumas questões precisas. Em primeiro lugar, por que o maior Império conquistador do mundo durante todo o período – o Império Britânico – não era a referência para se pensar a problemática do militarismo? Em segundo lugar, o que tornava a Alemanha, um país com poucas possessões coloniais e com objetivos militares bem mais conservadores que a França ou o Reino Unido digna de ser referência internacional para os estudos sobre o tema? Como veremos, para responder a essas duas perguntas somos levados a reconstituir como se deram algumas mudanças na organização social, militar e cultural desse período. Embora no contexto geral da discussão do militarismo seja possível afirmar, como o faz Berghahn, que a confusão entre o que seriam assuntos militares e o que seriam assuntos civis emerge a partir de 1945, argumentaremos como na verdade há razões suficientes para colocarmos essa indistinção como algo mais distante no tempo, datando justamente do período em que o conceito de militarismo passou a ser uma referência para pensar as questões militares de uma perspectiva social mais ampla.

2. Características gerais do expansionismo militar de 1861-1914

Uma das dificuldades de recortarmos as principais mudanças e acontecimentos nas questões militares e nas relações entre militares e a sociedade civil neste período é a relativa simultaneidade que as mudanças ocorreram em diversos pontos no globo – começando dos Estados Unidos, passando pelo Reino Unido, França, Bélgica, Alemanha, Itália, Sérvia, Turquia, Rússia e Japão – temos a proliferação de mudanças militares importantes circunvagando o globo.

Começamos citando os Estados Unidos não por acaso. Em 1861, a Guerra Civil Americana pode ser tomada como a primeira guerra a assinalar uma ruptura radical com o padrão das guerras anteriores, cujas táticas e estratégias ainda remontavam às inovações introduzidas por Napoleão. Durante a Guerra de Secessão, inovações tecnológicas nos Estados do Norte levaram à fabricação serial de armas e munições pelo *american system of production*, a criação dos primeiros cartuchos de munições e dos primeiros rifles seriais que encurtaram radicalmente o intervalo entre disparos. As novas armas tornavam obsoletas as táticas anteriores de guerra onde o lado atacante detinha a vantagem: capazes de atirar repetidas vezes em um curto intervalo, uma defesa bem posicionada poderia anular qualquer força desprotegida a cavalo ou a pé. Além disso,

permitiam que rapidamente um cidadão comum com nenhuma experiência no manejo de armamentos pudesse em pouco tempo aprender a utilizar as armas mais simples e seguras, aumentando a facilidade de mobilizar um contingente maior de pessoas e dando fortes incentivos para que a guerra seja vencida para aquele capaz de promover com melhor eficácia a mobilização em massa. A propaganda foi um instrumento decisivo durante a Guerra Civil, sendo utilizada amplamente por ambos os lados.

Além disso, apareceu com mais clareza o problema de como utilizar ou adaptar tecnologias criadas para o uso civil para o uso militar. Embora a utilização para fins militares das ferrovias já fosse conhecida pelas principais potências em 1861, durante a guerra civil a centralidade destas para a organização das estratégias militares e para a vitória em combate

provou-se esmagadora. Controlar as principais linhas férreas, organizá-las burocraticamente em vistas de usufruir do sistema de transporte mais eficiente disponível tornou-se um dos principais problemas da guerra – um problema em que rapidamente os militares perceberam estar menos habilitados a resolver do que os gerentes civis responsáveis pelos sistemas ferroviários em tempos de paz, levando-os a arremeter estes especialistas e colocá-los em novas associações destinadas ao manejo estratégico das ferrovias pelo Estado. Assim como ocorria com as ferrovias, o produto de indústrias de uso civil – como alimentos e combustíveis – tinha de ser pensado e planejado tendo em vista não desabastecer as tropas, colocando em sintonia empresários e trabalhadores destes ramos com as necessidades particulares do *front*.

Poderíamos nos alongar mais, descrevendo por exemplo o impacto do uso do telégrafo, porém para nossos objetivos o que é importante assinalarmos é que já neste período inicial há uma clivagem entre a experiência e o conhecimento disponíveis ao cidadão comum e aquela do alto escalão militar e das lideranças políticas. Soldados prussianos, ingleses, franceses, japoneses e de diversos outros países foram enviados aos Estados Unidos para acompanhar de perto o desenrolar da guerra e tirar as devidas lições quanto aos pontos mencionados. Enquanto isso, jornalistas enviados para cobrir os acontecimentos focavam nos resultados de batalhas e no cenário geral da guerra.

Hoje, com menor dificuldade que foi durante a guerra civil que a prática de “agir primeiro e perguntar depois” tornou-se quase uma regra do presidencialismo americano (LaFeber & Cohen, 1995, pp. 235-237). Entretanto, principalmente durante o período 1861-1898, embora tanto a política externa americana quanto seu exército crescessem em tamanho e escopo, protagonizando episódios marcantes como a intervenção no Panamá, os Estados Unidos passavam longe de ser a

referência de nação militarista como para muitos o são hoje.

Praticamente no mesmo ano, o Império Britânico terminava a Segunda Guerra do Ópio contra a China, guerra na qual houve também participação dos Estados Unidos e da França e cuja vitória renderia novas concessões dos chineses, como a legalização do comércio do ópio, abertura de um novo porto comercial e a legalização do transporte de chineses para os Estados Unidos por navios britânicos. Franceses e ingleses iniciavam também o que mais tarde seria reconhecida como a primeira corrida armamentista moderna, na construção de modernos navios de guerra feitos de metal (Buzan e Lawson, 2012). Franceses, britânicos e americanos ainda se envolveriam na guerra civil do México e na guerra civil japonesa, dentre outros conflitos. Ao todo, o Império Britânico se envolveu em quase uma centena de guerras reconhecidas entre 1800 e 1899, a França em mais de 70, os Estados Unidos em mais de 50. Enquanto isso, a Prússia e depois o Império Alemão somados envolveram-se em torno de 20.

Por que, então, o exemplo de sociedade onde predominava o militarismo era a sociedade alemã? O problema que os números de ocorrência de guerras escondem é o de uma tensão muito particular e importante do século XIX: o problema dos ideais democráticos e como se chocavam com a organização pregressa de diferentes sociedades. Embora a Prússia e a Alemanha tenham se envolvido em menos guerras e nas aventuras coloniais, a formação da nação a partir da Guerra Franco-Prussiana deu grande preeminência ao alto oficialato do exército na condução das políticas de governo – a própria anexação da Alsácia e Lorena não era uma vontade de Bismarck, que temia as consequências da anexação para as relações da Alemanha com a França, mas que veio a ocorrer pela forte pressão de grupos militares interessados na região (Clark, 2012, p. 93). A organização do Estado Alemão nascente, além de manter grande poder decisório ao imperador, tampouco não deixava claro as responsabilidades e limites dos diferentes ministros, principalmente nas questões militares e diplomáticas, deixando uma margem significativa para que pessoas nesses cargos – não raro militares ou ex-militares – se aventurassem em iniciativas próprias para influenciar na estratégia do país. O problema era o mesmo em outros países da Europa Continental (Ibid, pp. 120-129).

Com esse tipo de problema em vista, podemos compreender melhor o que o termo militarismo evocava a seus leitores contemporâneos no final do século XIX e começo do XX. Como relata Christopher Clark,

Chefes de Estado, imperadores e reis compareciam a eventos públicos vestindo uniformes militares; comentários militares elaborados eram parte integrante do cerimonial público do poder; imensas e iluminadas demonstrações navais atraíam grandes massas e preenchiam as páginas de jornais ilustrados; exércitos de conscritos cresciam de tamanho até que se tornavam microcosmos masculinos da nação; o culto das demonstrações militares entrou na vida pública e privada mesmo das menores comunidades.³ (Ibid, p. 148)

Ou seja, a problemática mais antiga da divisão dos poderes de Montesquieu estava longe de ser solucionada na realidade vivida pela maior parte dos países europeus não apenas em 1860, como também às vésperas da Primeira Guerra, tendo certamente colaborado para amplificar as tendências militaristas do período (Conti, 2015, pp. 215-216). Na questão da relação entre a sociedade civil e os militares, o advento do serviço militar universal – que era visto como um possível instrumento para civilizar o exército –, na prática colaborou para a militarização da esfera civil (Berghahn, 1984, p. 16).

O aumento no tamanho dos exércitos é tanto causa, como argumenta Hobsbawm (2008), quanto consequência da construção da nação e do fenômeno do nacionalismo moderno. A conscrição militar dava uma identidade coletiva nacional ao civil, agora visto como um soldado. Por outro lado, uma vez que o ofício militar garantia um status de prestígio na sociedade, havia um incentivo para que crescesse o interesse – e diminuísse a resistência – no crescimento dos exércitos. Como veremos no próximo tópico, essa ameaça na questão da identidade foi rapidamente percebida por Rosa Luxemburg, porém não podemos dizer o mesmo de outros membros do Partido da Social-Democracia alemão.

Os críticos do militarismo no período encontravam sérias dificuldades para seguir nos estudos e argumentar politicamente. Sofriam com a falta de informações disponíveis, a possibilidade de serem perseguidos politicamente – na Alemanha, falar contra os militares era suficiente para ser condenado à cadeia, como Karl Liebknecht (1871–1919) o foi após publicar o livro *Militarism and Anti-Militarism* em 1907 (Walker & Gray, 2007, p. 190) –, e ainda a dificuldade de convencer as pessoas de que existiam mecanismos ocultos que as espoliavam em favor de políticas da qual usufruíam pouco ou nada.

³ Tradução livre do autor. No original: “Senior statesmen, emperors and kings attended public occasions wearing military uniform; elaborate military reviews were an integral part of the public ceremonial of power; immense illuminated naval displays drew huge crowds and filled the pages of the illustrated journals; conscript armies grew in size until they became male microcosms of the nation; the cult of military display entered the public and the private life of even the smallest communities.”

Neste último ponto que a simbiose entre a indústria bélica, o nacionalismo e o capitalismo se torna mais proeminente. Enquanto no passado as demandas militares para a guerra eram mais concentradas em períodos de mobilização efetiva e eram feitas por meio da tributação direta, como o imposto de renda britânico durante as Guerras Napoleônicas, inovações nos instrumentos de tributação e financiamento naturalizavam os gastos militares para a população, permitindo inclusive o crescimento destes mesmo em períodos de paz. Pelo sistema de tributação indireta no local das fábricas criado pelos britânicos no século XVIII (HOPPIT, 2002, pp. 282-284), a maior parte das rendas fiscais do Estado podia ser coletada diretamente dos proprietários dos estabelecimentos comerciais enquanto na verdade quem arcava com os custos era a população consumidora ao comprar produtos mais caros – população que podia mesmo ser de outro país, no caso das exportações.

Além do mecanismo invisível da tributação indireta, a sofisticação dos instrumentos financeiros foi um suporte decisivo para o crescimento das capacidades militares também desde o século XVIII. Ao invés de contar com o convencimento de elites nobiliárquicas para financiar o Estado, a emissão de títulos públicos, e posteriormente títulos de guerra (*war credits*, ou créditos de guerra) promovia a colaboração ativa de um conjunto amplo da população no financiamento do gasto público em troca de juros. Durante a Primeira Guerra Mundial, todas as grandes potências envolvidas fizeram uso extensivo da propaganda para vender os títulos de guerra e manter o esforço de guerra operante. Para quem não participava do *front* de batalha mas detinha uma renda, como mulheres e idosos, a oferta era vista como uma oportunidade de ajudar seus familiares à distância e fazer parte da mobilização total exigida pela nova organização da guerra.

Contudo, antes que essa realidade se instaurasse de fato, houve a mobilização social em protesto a esses “desenvolvimentos”. Rosa Luxemburg estaria no centro dessa agitação política, e sua posição sobre os créditos de guerra seria a gota d’água que a separaria do SPD alemão.

Figura 1 – Kriegsanleihe, hilft den Hütern eures Glückes⁴

⁴ Pôster de propaganda alemã de 1918 para estimular a compra de Títulos de Guerra. Texto em alemão diz: “Empréstimos de Guerra ajudam os guardiões da sua felicidade”.



Fonte: *Rehse-Archiv für Zeitgeschichte und Publizistik*. Berlin: Kunstinstitute A.G., 1918. Imagem da *Library of Congress Prints and Photographs Division*, Washington, D.C. Disponível online em <http://www.loc.gov/pictures/item/2006680291/>. Acessado em 01/07/2015.

3. A Interpretação Crítica de Rosa Luxemburg

O tema do militarismo nos escritos de Rosa está diretamente vinculado aos debates em que a autora estava inserida no SPD alemão, onde representava a posição de esquerda mais radical. No pouco lido texto *The Militia and Militarism* de 1899, muitos dos argumentos que Rosa desenvolveria no Capítulo 32 de *A Acumulação de Capital* (1913) já se encontravam em estado embrionário. Em polêmica com Max Schippel, deputado no parlamento alemão (*Reichstag*) pelo

SPD conhecido por suas posições revisionistas, Rosa atacava diretamente as tentativas internas ao partido de defender o militarismo vigente e recusar a estratégia revolucionária como única via de criar o socialismo.

Para Schippel, o militarismo era uma forma de “aliviar as tensões da sociedade”, ao fazer uso de forças produtivas excedentes, e ademais “melhorar as condições da classe trabalhadora” ao diminuir o tamanho do exército industrial de reserva, aumentando assim a média salarial da classe trabalhadora como um todo (Luxemburg, 1971). Para Rosa, a posição de Schippel era um exemplo perfeito de uma estratégia oportunista, pois sacrificava os interesses de classe dos trabalhadores em nome de ganhos de curto prazo como a manutenção dos níveis de emprego e melhores salários. No diâmetro completamente oposto, no texto de 1899 Rosa Luxemburg chegava mesmo a afirmar que “a luta contra o sistema militar de fato remonta à mesma coisa que renunciar a luta contra a ordem social presente em geral” (Ibid).

O espaço do SPD alemão e dos debates em revistas e jornais foram o espaço onde Rosa compôs boa parte do seu conjunto de reflexões sobre o problema do militarismo. Quanto mais nítida ficava o racha interno ao SPD, mais a questão do militarismo aparecia no centro das divergências e mais isolada Rosa se sentia em sua posição intransigente contra o apoio do partido às questões militares do Império. Apenas um ano depois, Rosa publicaria o texto *Reforma ou Revolução?* onde faz oposição às teorias revisionistas de Eduard Bernstein. Neste texto, muitas das posições teóricas de Rosa sobre o problema do militarismo ficam mais claras. Sobre a política alfandegária e o militarismo, diz

“Quando o desenvolvimento capitalista atinge um determinado nível, os interesses da burguesia enquanto classe e os do progresso económico começam a colidir mesmo em seu sentido capitalista. Pensamos que essa fase já começou. Isso se mostra em dois fenômenos extremamente importantes da vida social contemporânea: de um lado, a política alfandegária, de outro, o militarismo.” (Luxemburg, 1970, p. 62).

Por outro lado, Luxemburg não considera todos os aspectos dessa política como categoricamente capitalistas. Por exemplo, a política alfandegária destinada a proteger a agricultura seria uma “forma capitalista de expressar um interesse feudal” (Ibid). O militarismo, por sua vez, estaria menos vinculado a esses interesses feudais, sendo para ela uma expressão

indispensável do estágio em que se encontrava o capitalismo, e a classe burguesa em particular, para a qual:

“...o militarismo tornou-se atualmente indispensável sob três aspectos: 1º, serve para defender os interesses nacionais em concorrência com outros grupos nacionais; 2º, constitui um campo privilegiado de investimento tanto para o capital financeiro como para o capital industrial; e 3º, no interior é útil para assegurar o seu domínio de classe sobre o povo trabalhador e todos os interesses que, em si, *nada têm de comum com o progresso do capitalismo.*” (Ibid, p. 63, grifos meus)

Neste enxerto, percebemos não apenas a preocupação de Rosa em mostrar a funcionalidade sistêmica do militarismo no capitalismo, como ainda uma característica muito definidora tanto da sua perspectiva teórica quanto da sua atuação política: uma crença inabalável na classe trabalhadora (Ettinger, 1989, pp. 207-208). Com o tempo, ficaria cada vez mais claro que a corrente majoritária do SPD não compartilhava da tese de Rosa. Em 1907, quando os rachs internos ao partido era bem mais evidente, Eduard Bernstein chegaria mesmo a defender a manutenção das colônias do ponto de vista dos trabalhadores e da socialdemocracia:

“Devemos nos desfazer da noção utópica de simplesmente abandonarmos as colônias. A consequência última dessa visão seria a devolução dos Estados Unidos de volta para os Índios [comoção do público]. As colônias estão lá; nós devemos lidar com isso. Os socialistas devem também reconhecer a necessidade dos povos civilizados de agirem mais ou menos como guardiões dos não- civilizados. Lasalle [sic] e Marx reconheceram isso.... Nossas economias estão baseadas, em larga medida, na extração de produtos das colônias que os povos nativos não tinham a menor ideia de como usar.” (Luxemburg, 2007, pp. 19-20)

O ideal do progresso e da marcha civilizacional, muito característico do século XIX, permeava o pensamento socialista tanto quanto diversos pensadores liberais. Rosa Luxemburg, compartilhando dessa atmosfera intelectual e fazendo uso em seus escritos da ideia de etapas do desenvolvimento social, não aceitava como Bernstein e outros a ideia de que o progresso seria necessariamente linear. Antes da eclosão da guerra em 1914 levá-la a um período de pessimismo e de reavaliação, talvez o principal ponto em que deixava claro suas preocupações era

no estado da democracia. Para ela, a relação da democracia com a ordem burguesa era essencialmente conflitiva, onde “a democracia tem a tendência para negar o seu carácter de classe e para transformar-se num instrumento dos autênticos interesses do povo, as formas democráticas são sacrificadas pela burguesia e pela sua representação do Estado.” (Luxemburg, 1970, p. 64).

Assim, os verdadeiros socialistas deveriam lutar também pela instauração e preservação da democracia e do parlamentarismo diante das tentativas reacionárias de solapá-las. Como deixaria claro em seu texto *Utopias de Paz (Peace Utopias)* de 1911, para Rosa a tarefa do SPD quanto ao militarismo era explicar para as massas de forma direta de modo a extirpar “todas as ilusões relacionadas às tentativas de paz da parte da burguesia e declarar a revolução proletária como o primeiro e único passo em direção à paz mundial” (Luxemburg, 2004, pp. 337-338).

Para tanto, em *A Acumulação de Capital* (2013) Rosa enfatizaria muito o problema dos impostos indiretos, ponto em que há tempos fora influenciada pelo antigo livro de Ferdinand Lassale publicado em 1863. Rosa demonstrou ainda de forma magistral como esse sistema tarifário corroborara inclusive para a destruição da organização dos camponeses em favor da produção de mercadorias (Luxemburg, 2003, pp. 446-447). Dando continuidade e sofisticando os argumentos que iniciara em 1899, Rosa adentra nos esquemas de reprodução para tentar provar de forma definitiva que os custos das indústrias de armamentos e da guerra recaíam principalmente sobre a classe trabalhadora de forma invisível e sem qualquer contrapartida clara. Àquela altura, a posição anti-militarista de Rosa era ainda menor tanto no SPD quanto na Segunda Internacional, embora a ausência de notícias sobre o estado da Internacional em outros lugares desse alguma esperança a Rosa de que havia a possibilidade dos socialistas serem contra a guerra – que para ela a ocorrência era apenas uma questão de tempo.

Em meados de 1913, o partido votaria a favor da criação de um imposto sobre a propriedade cuja receita seria destinada à produção de armamentos, decisão que provocou a ira de Rosa, que retaliou publicando artigos de jornal criticando a decisão tomada. No final daquele ano, na reunião da Diretoria Internacional em Londres, eram marcantes os sintomas do racha interno (Ettinger, 1989, p. 203).

Após a eclosão da Grande Guerra, Friedrich Ebert, líder do SPD, passaria a diretriz que os membros do SPD no Reichstag apoiassem o esforço de guerra. Rosa Luxemburg e um pequeno punhado de outros membros do partido fizeram imediatamente um protesto contra a medida, sem

que a mídia desse qualquer espaço para notificar sua ocorrência. Karl Liebknecht fizera um discurso público contrário à medida que também foi ignorado pelos veículos de comunicação, publicado apenas em dezembro daquele ano, onde afirmava que a guerra “Emergiu da corrida armamentista, é uma guerra preventiva provocada pelos partidos de guerra alemães e austríacos na escuridão do semi-absolutismo e da diplomacia secreta” (Liebknecht, 1914).

Durante a Primeira Guerra, o entusiasmo mesmo dos mais pobres com o esforço de guerra surpreenderia mesmo as elites do governo e do exército. Os trabalhadores, após décadas de propaganda nacionalista, ao final mostravam-se a favor do militarismo – ao menos na Alemanha, na França e na Inglaterra. Em carta de novembro de 1914, Rosa dizia que “Não há dúvida de que o Partido e a Internacional estão arruinados [*kaput*], completamente arruinados” (Ettinger, 1989, p. 211). Rosa logo também seria presa, entre fevereiro de 1915 e fevereiro de 1916, e depois novamente em julho de 1916, acusada em ambos os casos de “agitação antimilitarista”.

Conclusão

“Não há qualquer dúvida sobre isso: o socialismo alemão, e o socialismo internacional igualmente, estão passando por uma crise como nenhuma outra na história e foram colocados por esta guerra diante de uma questão derradeira. Se depois da guerra o socialismo internacional não conseguir rejeitar o imperialismo e o militarismo em todas as suas formas, desta vez uma rejeição real e devida, que fosse aplicável mesmo na ocorrência de uma guerra, então o socialismo pode se deixar ser enterrado, ou na verdade ele já terá enterrado a si mesmo.”⁵

— Rosa Luxemburg (1871-1919), em carta escrita para Karl Moor no dia 12 de outubro de 1914. (Luxemburg, 2013, pp. 325-327)

Ao olharmos para a história do problema do militarismo, vimos como o termo evocava ao mesmo tempo o problema da democracia, da sociedade civil ante os militares, da cultura dos exércitos e da funcionalidade da produção de armamentos e do gasto em guerras para as sociedades capitalistas. Conforme nos aproximamos das mudanças do século XIX, o que percebemos é que o período que se inicia em 1860 foi justamente caracterizado pela

⁵ Tradução livre pelo autor. No original: “*There is no doubt about it: German socialism, and international socialism as well, are going through a crisis as never before in history and have been placed before a fateful question by this war. If after the war international socialism does not succeed in rejecting imperialism and militarism in all their forms, a real and proper rejection that is meant seriously this time, and that would apply even in the event of war, then socialism can let itself be buried, or rather it will have buried itself already. The process of clarification after the war will decide the “to be or not to be” of socialism.*”

crecente indistinção entre o que era caracterizado como civil e militar, sendo a organização econômica da sociedade um pré-requisito indispensável para o sucesso militar dada as novas características técnicas dos armamentos e da logística da guerra.

Rosa Luxemburg, ao participar de forma extremamente ativa e bem informada sobre as aventuras militares das grandes potências, não enfatizou apenas as “questões socioeconômicas”, como também teceu considerações sobre a importância da democracia e qual seria a institucionalidade necessária dentro de uma outra ordem social para que a ocorrência do militarismo fosse inibida pela própria organização dos trabalhadores. Na sua posterior crítica à Revolução Russa, esses elementos do pensamento de Rosa voltariam a tona com toda a força, mostrando o seu compromisso com o arcabouço teórico e da militância que desenvolveu ao longo de toda a vida.

Bibliografia

- BUZAN, Barry; LAWSON, George. *The Global Transformation: The Nineteenth Century and the Making of Modern International Relations*. *International Studies Quarterly*, v. 57, n. 3, p. 620-634, 2013.
- CONTI, T. V. *Guerras Capitais – um estudo sobre as transformações na competição econômica e na rivalidade política internacional: a Hegemonia da Grã-Bretanha, os Estados Unidos e a Alemanha de 1803 a 1914*. Campinas: IE/UNICAMP, 2015 (Dissertação de Mestrado).
- ETTINGER, E. *Rosa Luxemburgo: uma vida*. Tradução por Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.
- HOPPIT, Julian. *Checking the Leviathan, 1688 – 1832*. Em: O’Brien, Patrick Karl (org). *The Political Economy of British Historical Experience, 1688 – 1914*. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- LAFEBER, Walter, & COHEN, Warren I. *The Cambridge History of American Foreign Relations: Volume 2, The American Search for Opportunity, 1865-1913*. Cambridge University Press, 1995.
- LIEBKNECHT, Karl Paul August Friedrich. *Militarism and Anti-militarism*. Black Rose Books, 2011.
- LUXEMBURG, Rosa. *Militia and Militarism*. New York: Monthly Review Press, 1971.
- LUXEMBURG, Rosa. *Rosa Luxemburg Speaks*. Pathfinder, 1970.
- LUXEMBURG, Rosa. *The Essential Rosa Luxemburg: Reform or Revolution and the Mass*

Strike. Haymarket Books, 2007.

LUXEMBURG, R. *The Letters Of Rosa Luxemburg*. Verso Books, 2013.

PRICHARD, Alex. *Justice, order and anarchy: The international political theory of Pierre-Joseph Proudhon*. Routledge, 2013.

ROBERTSON, D. *The Routledge Dictionary of Politics*. Routledge, 2004.

WALKER, David Martin; GRAY, Daniel; JOHNSON, Elliott. *Historical dictionary of Marxism*. Plymouth, UK: Scarecrow Press, 2007.

WONG, John Yue-wo. *Deadly dreams: Opium and the Arrow war (1856-1860) in China*. New York: Cambridge University Press, 2002.